



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de Seminário no estado da Bahia, para discutir a inclusão da profissão de baiana de acarajé na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Senhor Presidente:

Requeiro, a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada no estado da Bahia, SEMINÁRIO, em data a ser agendada, a fim de discutir inclusão da profissão de baiana de acarajé na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

JUSTIFICAÇÃO

O termo que viabiliza a inclusão da profissão de baiana de acarajé na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) foi assinado, em 16 de junho, na sede da Superintendência Regional do Trabalho no Estado da Bahia (SRTE), no Caminho das Árvores, em Salvador.

O documento foi assinado pelo ministro interino do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Antônio Correia, pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Infância e Juventude (SPMJ), e por representantes da Associação de Baianas, Mingau e Receptivo da Bahia (Abam).

Conforme o ministro, todo o Brasil vai passar a reconhecer a baiana de acarajé como profissional. “São 300 anos de história, cultura e religiosidade. Assinar esse termo é um ato de respeito à Bahia”, afirmou.

A baiana de acarajé inclusa na Classificação Brasileira de Ocupações, as trabalhadoras estarão cobertas por direitos relativos à saúde e segurança do trabalho. Elas poderão afastar-se (eles também, pois há 'bairanos de acarajé') por acidente de trabalho, algo que hoje não é possível, já que a profissão não é reconhecida. Imagine o dendê fervendo espirrar nos olhos de uma trabalhadora? É cegueira na certa. Sim, Rita Santos, presidente da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo da Bahia (Abam), conta que há um caso de uma baiana cega por causa de dendê, e ela não pode nem se aposentar, porque alegam que não é acidente de trabalho. Como profissão, os trabalhadores vão poder cobrar políticas públicas em relação à segurança do trabalho.

Neste sentido, conto com o apoio dos nobres pares desta Comissão para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em de 2017.

ORLANDO SILVA
PCdoB /SP